



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA-RS

Protocolo nº. 294/2012

Data: 29/10/12

Ass. gxl

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA-RS
APROVADO DATA 1/11/12
Votação: _____
Presidente _____ Secretário _____

PROJETO DE LEI nº 102, de 29 de outubro de 2012.

Institui Turno Único no serviço municipal e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído turno único contínuo de seis (6) horas diárias no serviço público municipal, a ser cumprido no período compreendido entre as 7:00 horas e às 13:00 horas, de segunda a sexta-feira.

Art. 2º O turno único instituído no artigo 1º desta Lei vigorará a partir da promulgação desta lei, pelo prazo de três meses.

Parágrafo único. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, prorrogar o turno único pelo período máximo de 30 (trinta dias) ou extingui-lo antecipadamente.

Art. 3º O turno único não se aplica às atividades de educação e ensino e de saúde, que manterão seu funcionamento nos moldes atuais.

Art. 4º Cessado o turno único, os servidores retornarão ao cumprimento da jornada de trabalho especificada em lei para seus cargos, cujo cumprimento ficará apenas suspenso temporariamente em decorrência desta lei.

Parágrafo único. A jornada de trabalho dos servidores definida em lei para seus cargos, não sofrerá qualquer alteração, ficando apenas dispensado seu integral cumprimento durante o período de turno único.

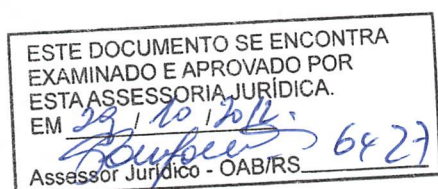
Art. 5º Fica vedada, na vigência do turno único, a convocação para prestação de serviço extraordinário, ressalvados os casos de situação de emergência ou calamidade pública, fazendo jus nessa hipótese, apenas as horas excedentes à jornada de trabalho estabelecida para os cargos.

Art. 6º A presente Lei aplica-se aos serviços interno e externo, ressalvado o disposto no art. 3º.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação com eficácia a partir da data prevista no art. 2º.

Gabinete do Prefeito Municipal de Serafina Corrêa, aos 29 dias de outubro de 2012.

Ademir Antônio Presotto
Prefeito Municipal





CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA-RS

Protocolo nº. 294/2012

Data: 29/10/12

Ass. SEL

PROJETO DE LEI Nº. 102, de 29 de outubro de 2012.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente
Excelentíssimos Senhores Vereadores

Promovemos à apreciação dessa Casa Legislativa, Projeto de Lei visando instituir turno único de trabalho nos serviços Públicos.

É consabido que o Governo Federal reduziu as alíquotas de inúmeros impostos, o que implicou, nos últimos meses, em redução considerável no valor do retorno aos Estados e Municípios, numa proporção imprevisível.

Em relação ao Município de Serafina Corrêa, a receita advinda do Fundo de Participação dos Municípios sofreu, nos meses de agosto e setembro do corrente ano, uma redução mensal de aproximadamente R\$ 500.000,00, perfazendo-se um total de R\$ 1.000.000,00, havendo a previsão de que tal situação tende a permanecer, o que, indubitavelmente, causa um desequilíbrio nas contas municipais, tendente a dificultar o atendimento à legislação inerente ao término de mandato.

É de conhecimento público que há um movimento nacional de prefeitos para reivindicar junto ao Governo Federal a liberação de recursos para viabilizar aos Municípios que suas contas, no presente exercício, sejam encerradas atendendo as prescrições legais.

A Administração Municipal, preocupada com essa situação, por sua parte, está tomando as providências que entende cabíveis.

O Poder Executivo já editou ORDEM DE SERVIÇOS contendo cortes de despesas, tais como a redução de hora extraordinária, diárias, cursos e treinamentos, bem como das compras, sendo, contudo, necessário ampliar a redução de gastos para se alcançar os objetivos legais previstos para o término de mandato.

Assim, no intuito de limitar os gastos públicos ao estritamente indispensável, a Administração Municipal pretende implantar o turno único no serviço público, pelo período de



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
SERAFINA CORRÊA-RS

Protocolo nº. 294/2012

Data: 29/10/12

Ass. 82

três meses, prazo que considera necessário, resguardando, porém, os serviços essenciais, como é o caso da Saúde, Educação, continuação com seus horários normais de atendimento.

Diante o exposto, o Poder Executivo conta com o apoio na aprovação do presente Projeto de Lei, visto que revestido do mais alto interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Serafina Corrêa, 29 de outubro de 2012.

Ademir Antônio Presotto,
Prefeito Municipal.

PREFEITOS DO RS Cinto apertado na despedida aos mandatos

Famurs estima que em 90% dos municípios sucessores receberão poder com dívidas

MARIELISE FERREIRA

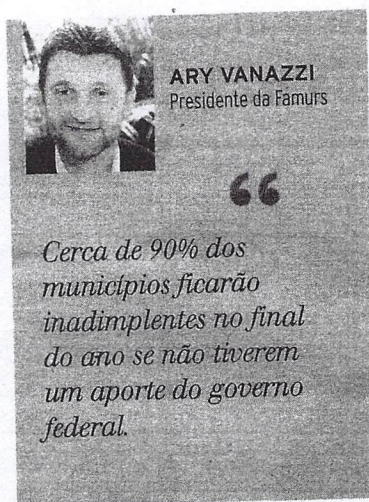
Faltando pouco mais de dois meses para fechar o mandato, prefeituras do Estado cortam gastos para conseguir fechar o ano em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A crise deflagrada pela queda na arrecadação deixou em situação preocupante centenas de municípios. Conforme a Federação das Associações de Municípios do Estado (Famurs), cerca de 90% das prefeituras chegarão ao final do ano inadimplentes.

A matemática prevista pela lei é simples. Se no final do ano houver uma dívida ou obra em andamento cujo pagamento deva ocorrer em 2013, a prefeitura precisa estar com o dinheiro em caixa para quitar a despesa. A regra da Lei de Responsabilidade Fiscal tira o sono de centenas de prefeitos gaúchos que não conseguiram arrecadar o valor previsto na confecção do orçamento.

A redução de repasses do governo federal para os municípios é apontado como o principal motivo da crise no final de gestão dos prefeitos. Conforme o economista Darcy Francisco Carvalho dos Santos, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) faz parte da composição do FPM e, com a isenção do imposto concedida pela União para a compra de automóveis, houve uma queda violenta na arrecadação dos prefeituras gaúchas.

Mais de 50% dos municípios do Estado dependem basicamente do FPM, que equivale a 90% da arrecadação das prefeituras. Esta redução



ARY VANAZZI
Presidente da Famurs

“Cerca de 90% dos municípios ficarão inadimplentes no final do ano se não tiverem um aporte do governo federal.”

pode comprometer seriamente as administrações municipais – avalia o economista.

Conforme o presidente da Famurs, Ary Vanazzi, o repasse do FPM caiu 8,5% em relação ao ano anterior e a retração da atividade econômica no Estado acumulou uma perda de R\$ 570 milhões que, até o final do ano, deixarão de ser repassados aos cofres públicos municipais.

A Famurs ainda aponta que várias obras feitas com participação da União foram concluídas pelos municípios, sem que o governo fizesse o repasse total. E tudo acabou agravado por um ano de seca.

Deixar dívidas para pagar sem estar com o dinheiro na conta bancária para pagar é proibido por lei. A consequência direta pode ser a desaprovação das contas do gestor – avalia o diretor geral do Tribunal de Contas do Estado, Valtuir Pereira Nunes.

marielise.ferreira@zerohora.com.br

Crise e cortes em Via

A previsão do início do ano, de arrecadar R\$ 11 milhões e dar conta de obras e despesas gerais, se transformou em frustração para a prefeitura de Viadutos, no norte do Estado. Só nos últimos três meses, R\$ 810 mil deixaram de entrar nos cofres públicos. Apesar da economia feita nos últimos três anos em diárias, manutenção de máquinas e veículos e contas de telefone, que somou R\$ 1 milhão, a prefeitura deve terminar o ano com dívidas.

– Não conseguimos pagar fornecedores há dois meses, e vamos perder verbas federais para obras na cidade

porque não temos o contrapartida – lamenta Administração Edson

Para tentar reverter município extinguiu rias, demitiu CCs e contratos de serviço diretamente a popul

Crianças ficaram educacionais, professores cursos de aprimorantes que recebiam para pagar o transporte perderam o b cretaria de Obras, as paradas durante as

Toda a loja sem juros

SAMSUNG

- Notebook NP300E4C-AD5BR
- Processador Intel® Core™ i5
- Windows® 8**
- Memória 4 GB
- HD 500 GB

internet

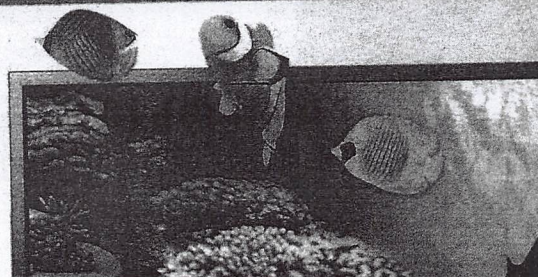
10X
R\$ 199,90

sem juros no
Cartão Pontofrio*
R\$ 1.999,00 à vista



Windows 8

Lançamento Windows
Mais performance nos no



Dificuldades serão relevadas

Arrocho nas contas municipais

Atribuída à queda na arrecadação do ICMS e nos repasses de recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), a crise financeira no fim de gestão provoca, após as eleições, um choque de arrumação nas contas de prefeituras. Premidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, muitos prefeitos enfrentam dificuldades para zerar o déficit até o final do mandato. O arrocho nas contas inclui implantação de turno único nas repartições, corte de horas extras, supressão de gastos com diárias e exoneração de alguns ocupantes de cargos em comissão, os CCs, entre outras medidas. Paralelamente, as entidades representativas dos municípios se mobilizam em busca de socorro do governo federal por meio da liberação de cota extra do FPM.

Ary Vanazzi, presidente da Famurs e prefeito de São Leopoldo, diz que a federação tomou a decisão de orientar todos os prefeitos a tomar medidas, quando necessárias, referentes a cortes no quadro de funcionários e nos gastos municipais. "O Tribunal de Contas possui várias aplicações de leis de fechamento de mandato, por isso, para que nin-

guem seja prejudicado, os prefeitos foram alertados a fazer o que for necessário para fechar as contas da sua administração."

Segundo Vanazzi, muitas prefeituras, em função da crise econômica, da baixa arrecadação do ICMS e de falta de repasse de recursos via governo federal, tiveram queda significativa na receita. Por isso, muitas administrações já fizeram, e ainda fazem, a exoneração de funcionários. No entanto, o processo não deve atingir nenhum serviço público essencial, como saúde e educação. "Já nas outras áreas é natural a redução de funcionários e corte de horas extras", afirma.

Com relação ao turno único, o presidente da Famurs explica que apenas as prefeituras de municípios menores já adotaram a medida. A maioria diminuiu o ritmo de obras, paralisando algumas que estavam em andamento e não eram de extrema urgência. "É natural em uma gestão que precisa encerrar o mandato. Existem muitas ações que os atuais prefeitos não sabem se vão ter continuidade, então é melhor economizar nisso agora."

Vanazzi diz que cerca de 80% dos municípios do Estado "estão



Associações de municípios, como a Amuceleiro, aprovaram as medidas em assembleias gerais

no vermelho". Atribui a situação ao fato de que as prefeituras tinham uma previsão de arrecadação que não se viabilizou. Em al-

gumas regiões, ocorreram mais perdas em função da estiagem e de outros fenômenos climáticos. Conforme Vanazzi, mesmo com

as contas atrasadas, o pagamento do 13º salário não estaria ameaçado, pois as administrações estão se programando para isso.

Obras suspensas no Alto Uruguai

Das 32 prefeituras do Alto Uruguai, 25 já adotaram o turno único. O expediente começa às 7h e estende-se até as 13h, quando tudo fecha. O presidente da associação dos municípios dessa parte do Estado (Amáu), Vladimir Farina, prefeito de Barão de Cotegipe, diz que a região deixou de receber, até agora, R\$ 20 milhões do FPM e do Fundeb (recursos para ensino). Segundo ele, a maioria dos municípios mantém operando apenas as secretarias de Saúde e Educação.

As atividades mais prejudicadas são as das secretarias de Obras e de Agricultura. Estão cancelados na maioria dos municípios serviços como manutenção de estradas vicinais, acessos a propriedades rurais, abertura de poços e construção de reservatórios como medida preventiva contra eventual estiagem no verão. Algumas prefeituras também re-



Veículos e máquinas ficam nas garagens em Barão de Cotegipe

duziram o número de cargos em comissão, de funções gratificadas, cortaram horas extras e cancelaram contratos de auxílio a entidades. Em Barão de Cotegipe, com a falta de recursos, está parada a construção do Centro

Cultural. Conforme o prefeito Vladimir Farina, a primeira parcela de emendas parlamentares não foi repassada em outubro e, com isso, acabaram paralisadas também obras em quatro ruas, uma praça e um ginásio de esportes.

Funcionários substituem secretários

Onze das 15 prefeituras que integram a Associação dos Muni-

da em assembleia da entidade, realizada no dia 16 deste mês,

consequência da situação delicada das finanças públicas. As atri-



Durante três dias, foram mantidos apenas os serviços essenciais

Portas fechadas na região Celeiro

As 21 prefeituras da região Celeiro retomaram suas atividades na última sexta-feira, depois de três dias de portas fechadas com o objetivo de alertar o governo federal sobre a necessidade de garantir uma cota extra do FPM aos municípios. Nesse período, foram mantidos apenas o atendimento nas áreas de saúde e educação e o recolhimento de lixo. Já os 42 prefeitos da Asso-

nizado pela Confederação Nacional de Municípios. Na ocasião, devem ser informados pelo governo federal sobre os pedidos de liberação de cota extra do FPM.

De acordo com o presidente da Amzop e prefeito de Seberi, Marcelino Galvão Bueno Sobrinho, na reunião de quinta, ficou decidido que cada prefeitura adotará medidas que possibilitem o fechamento das contas municí-